

O DESAFIO DO TRABALHO INTERSETORIAL DENTRO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO NORTE DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Élly Laury Barbosa Santos Carvalho ¹
Isabela Souza Farias ²

RESUMO

O presente estudo visa proporcionar às instituições participantes da rede intersectorial do Norte do Estado do Espírito Santo um conhecimento acerca de como a aplicação do conceito de Intersectorialidade pode transformar e agilizar as ações inerentes à Proteção Social Básica. Dessa forma, busca-se compreender de que maneira podemos aperfeiçoar os atendimentos feitos dentro do aparato governamental e como as Políticas Públicas atingem a vida daqueles que as utilizam, afim de que estes possam ter seus direitos garantidos. Este é um grande desafio que perpassa as Políticas existentes e a gestão de quem as operacionaliza. A Política Nacional de Assistência Social enfrenta desafios no que se refere à Intersectorialidade quando está fora do âmbito da Assistência Social, a setorialização das políticas tem contribuído muito com esse fragmento, dificultando sua efetividade e eficácia. Por fim, busca-se destacar os principais desafios que perpassam na prática da intersectorialidade, sinalizando tratar-se de uma tarefa nada trivial.

PALAVRAS-CHAVE: Política Pública. Intersectorialidade. Assistência Social.

ABSTRACT

The present study aims to provide the institutions participating in the intersectoral network of the northern state of Espírito Santo a knowledge about how the application of the concept of Intersectoriality can transform and streamline the actions inherent in Basic Social Protection. In this way we seek to understand how we can improve the services provided within the government apparatus and how Public Policies affect the lives of those who use them, so that they can have their rights guaranteed. This is a great challenge that runs through existing Policies and the management of those who operationalize them. The National Social Assistance Policy faces challenges related to Intersectoriality when it is outside the scope of Social Assistance, the sectorialization of policies has contributed much with this fragment, hindering its effectiveness and effectiveness. Finally, it seeks to highlight the main challenges that permeate the practice of intersectoriality, signaling that this is a non-trivial task.

KEY-WORDS: Public Policy. Intersectoriality. Social Assistance.

¹ Graduada em Serviço Social Pela Faculdade Norte Capixaba de São Mateus - MULTIVIX

² Graduada em Serviço Social Pela Faculdade Norte Capixaba de São Mateus – MULTIVIX

1. INTRODUÇÃO

O tema dessa pesquisa foi proposto após um ano de observação dentro do campo de estágio no CRAS- Centro de Referência da Assistência Social de suas respectivas cidades. O processo de estágio se deu na área da coordenação dessas instituições, onde se notou a indagação sobre a carência da intersetorialidade no campo da Política de Assistência.

A intersetorialidade segundo Inojosa (2011, p.105) pode ser entendida por interdisciplinaridade que interiormente no contexto de Políticas Públicas será denominada por intersetorialidade, que é “articulação dos conhecimentos e experiências com vistas ao projeto, para a concretização e observação de políticas, programas e projetos”. Este trabalho requer que as instituições envolvidas estejam compromissadas não só com a política por ela trabalhada, mas com o cidadão referente à mesma.

O trabalho em rede pode ser considerado uma forte estratégia para o enfrentamento de diversos fenômenos sociais, visto que um mesmo cidadão é atendido em vários setores de um mesmo sistema como: A saúde, Educação, Assistência Social e outros. A fragmentação da rede consequentemente fracionará a problemática dos usuários, que no caso da Assistência já o vem em momentos de vulnerabilidade social. De acordo com o MDS:

A Rede Socioassistencial é um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas as unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial por níveis de complexidade (BRASIL, 2005, p. 94).

A finalidade de se trabalhar a rede intersetorial é justamente unificar as demandas de usuário sem que este tenha a necessidade de ir de “porta em porta” na procura de saídas para o problema. O objetivo dessa articulação na rede intersetorial é de proporcionar uma melhoria nas condições de vida do usuário bem como facilitar a entrada do cidadão nas demais organizações públicas.

A intersectorialidade traz em sua concepção uma inovação no modo de controlar, executar e planejar a prestação de serviços, de forma a promover o acesso igual aos desiguais, possibilitando o fácil acesso às políticas sociais. O trabalho em rede colabora para a concepção e autoridade de saberes resultantes da integração entre campos setoriais.

Sposati (2006, p.140) vê a intersectorialidade não só como um campo de aprendizagem dos agentes institucionais, mas também como caminho ou processo estruturador da construção de novas respostas, novas demandas para cada uma das políticas diretas. Na política de Assistência Social, a intersectorialidade permite que a gestão encontre uma direção a seguir, garantindo a qualidade de vida da população e uma resposta coerente às demandas apresentadas.

O tema direciona para o desafio do trabalho intersectorial dentro da política de Assistência Social no Norte do Estado do Espírito Santo. Apontando quais são os desafios encontrados pela gestão do Município de São Mateus para efetivar o trabalho intersectorial com as políticas públicas? De que maneira a ausência desse trabalho influencia na vida de seus usuários?

Proporcionando discutir a importância da intersectorialidade assim como a sua materialização na política de assistência. O conceito do trabalho intersectorial assim como a sua aplicabilidade e seu desmantelamento da política pública. Analisando e identificando os desafios enfrentados pela Política de Assistência na efetivação da intersectorialidade, em detrimento da sua má organização impossibilitando o cumprimento às necessidades fundamentais do cidadão. E explorar a intersectorialidade enquanto instrumento de gestão social.

1. METODOLOGIA

O presente estudo constituiu de uma proposta de cunho exploratório com objetivo de proporcionar maior aproximação com o problema proposto

inicialmente tornando-o mais explícito. Essas pesquisas podem ser classificadas como: pesquisa bibliográfica e estudo de caso (GIL, 2007).

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Apresenta como técnica para a coleta de dados um estudo de campo/caso onde foram analisados os desafios que os princípios da Assistência enfrentam na efetivação da intersetorialidade no norte do estado do Espírito Santo.

O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador (FONSECA, 2002, p. 33 Apud Gil, 2007).

Fez-se necessário, uso de materiais já publicados que passaram por análise prévia. Tem por finalidade colocar o pesquisador em contato com o conteúdo já disponibilizado acerca do tema proposto.

O instrumento para a coleta de dados faz referência a fontes secundárias que são compostas por materiais já divulgados. Tal método de pesquisa envolve uma síntese de estudos que já passaram por uma avaliação anterior, permitindo construir o diagnóstico dos desafios encontrados, abordando ainda discussões sobre métodos e resultados apresentados pelas publicações.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 O CONCEITO DE INTERSETORIALIDADE

A compreensão acerca do trabalho intersetorial pode tornar-se complexa se considerar as diferentes formas de compreendê-la dentro dos possíveis contextos. Podem ser utilizados dentro dos mais variados setores de uma grande empresa, ou mesmo na ampla diversidade de políticas públicas que regem a organização de nosso país, sobretudo o trabalho intersetorial busca romper com as fragmentações de um sistema setorial e transformar a prestação de infraestruturas sociais prestados pelo Estado para a população.

Sendo assim, Pereira (2010) aponta que a intersetorialidade articula saberes e experiências no gerenciamento dos poderes públicos em resposta aos assuntos de interesse dos cidadãos. Dessa forma, o trabalho intersetorial é considerado um modelo de gestão que visa romper com a fragmentação das políticas sociais, promovendo uma transformação de conceitos, ações da prestação de serviços sociais e a relação o Estado/ cidadãos.

A dimensão da intersetorialidade passou a ser valorizada à medida que não se observava a efetivação das respostas aos carecimentos da população. Dessa forma, o até então denominado trabalho em rede surgiu como um meio de unificar os conhecimentos entre o Estado, sociedade civil e as empresas privadas, a fim de dinamizar o processo da gestão e melhorar a qualidade dos serviços. A intersetorialidade pode ser entendida como já mencionado por Inojosa (2011), como uma articulação dos saberes e conhecimentos com vistas ao planejamento, para a realização e avaliação de políticas, programas e projetos.

É importante salientar que estes saberes devem se transformar em ações efetivas dentro das instituições, ou seja, que estes possam ser apreendidos enquanto estratégia de alcance de objetivos institucionais. O conhecimento desses saberes deve ser utilizado não só enquanto instituição, principalmente como dentro dos seus setores. Segundo Sposati (2006, p.140) a intersetorialidade não só como um campo de aprendizagem dos agentes institucionais, mas, também como um caminho ou processo estruturador da construção de novas respostas, novas demandas para cada uma das políticas públicas.

A ausência da intersectorialidade pode acarretar grandes malefícios ao conforto da sociedade, pois quando não há a troca de informações entre os setores envolvidos, essa política torna-se fragmentada, o que conseqüentemente também fraciona as demandas inerentes ao indivíduo por ela beneficiado.

A intersectorialidade é a articulação entre as políticas públicas por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à proteção social, inclusão e enfrentamento das expressões da questão social. Supõe a implementação de ações integradas que visam à superação da fragmentação da atenção às necessidades sociais da população. Para tanto, envolve a articulação de diferentes setores sociais em torno de objetivos comuns, e deve ser o princípio norteador da construção das redes municipais (CAVALCANTI; BATISTA; SILVA, 2013, p. 1-2).

A política social deve apresentar como uma política fundamental para o “bem estar dos cidadãos”, além de se constituir em objeto de reivindicação dos mais diferentes movimentos sociais e sindicais (UEL, acesso em 29 mai. 2017).

Segundo Sposati (2004), Analisar a especificidade e/ou particularidade da política de assistência social no Brasil significa entender que estamos tratando de um objeto histórico e geograficamente situado e que, portanto, estamos tratando de uma dada relação de forças sociais e políticas que, no caso, constroem o regime brasileiro de proteção social.

O processo da construção da Assistência Social enquanto Política de Assistência, tem sido historicamente banido e/ou no mínimo, adiado por exigência da necessária ruptura com o conservadorismo, que sempre delimitou o âmbito e o modo da gestão da Assistência Social no Brasil.

Pode-se perceber esse dismantelamento da política pública quando o usuário recorre a alguma rede e dentro de seus próprios equipamentos o mesmo necessita relatar o motivo de sua vinda por diversas vezes. Nota-se que não há continuidade no serviço público, seus atendimentos são apenas pontuais e não de caráter contínuo. Por esse motivo, trabalhar a intersectorialidade só traz ganhos para a população, pois superar a fragmentação das políticas públicas

garante a qualidade em sua execução e o bem-estar de seu usuário. A implicação da intersectorialidade traz transformações na efetivação do seu processo.

Ressalta-se que, de acordo com o território, com o resultado dos sujeitos incluídos no processo, a intersectorialidade pode ser efetivada de maneira diferenciada, com orientações de funcionamento abrangente.

Uma vez perfazendo a ação intersectorial, as redes de base local e/ou regional, reclamam por valorização e qualificação na interconexão de agentes, serviços, organizações governamentais e não governamentais, movimentos sociais e comunidades. Intervir em rede, na atualidade, requer que se estabeleçam, entre as diversas instituições de defesa de direitos e prestadoras de serviços, vínculos horizontais de interdependência e de complementaridade (COMERLATT, 2007, p. 269).

Um modelo ideal de trabalho intersectorial indica a perspectiva de os fatores que aumentam ou diminuem as probabilidades de uma gestão ser mais ou menos cooperativa, e/ou inclusiva.

3.2 OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA EFETIVAÇÃO DA INTERSETORIALIDADE.

Para analisar os desafios enfrentados pela Política de Assistência Social é imprescindível compreender sua trajetória. Antes de se tornar uma Política Pública a Assistência Social teve sua raiz pautada em práticas assistencialistas que pautada em princípios religiosos como bondade e voluntariado assegurado através da Igreja Católica que era quem controlava a caridade feita aos pobres, suas ações eram voltadas ao assistencialismo e não tinham como intuito a emancipação do cidadão, era um pensamento baseado no senso comum e não profissional.

Para Behring; Boschetti (2008), a definição de assistencialismo é um exercício, conhecido principalmente por seus atos de voluntariado, é uma espécie de ajuda às populações menos favorecidas, na qual se gera um vínculo entre os assistidos e aos que realizaram tal benfeitoria sob o sentimento de gratidão e dependência. Com a introdução do sistema capitalista no séc. XIX e o processo de

industrialização, as inclusões sociais se tornaram ainda mais intensas, a desigualdade social tomou grandes proporções e algo precisava ser feito para apaziguar as pequenas revoluções da classe operária, mais uma vez o assistencialismo entrava em ação, agora por meio das damas de caridade, senhoras da alta classe burguesa que prestavam auxílio às famílias carentes.

Mesmo com a evolução do contexto histórico de nosso país, as práticas assistencialistas permaneceram e ainda hoje são confundidas com a Política Patente de Assistência Social. Seu grande marco foi quando a Constituição de 1988 deixou de ser considerada filantropia ou benevolência e passou a ser compreendida enquanto política pública e como tal devendo assegurar direitos ao cidadão.

Com a Constituição Federal (1988) a mesma passa a fazer parte do tripé da segurança social, que compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa do Poder Público e da sociedade, destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, previdência e Assistência Social, conforme o artigo 194 nos assegura: A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativas dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

A partir desse ponto podem-se reconhecer os primeiros indícios da intersectorialidade, pois desde a formulação desta política, mostrou-se a necessidade de se articular com outras redes como citado no artigo, a Saúde e a Previdência.

Outro marco da Assistência Social enquanto Política Pública, foi a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social, LOAS 1993, que reafirma a Constituição e introduz um novo conceito para o arranjo e efetivação deste trabalho, compreendendo que a Assistência Social tornou-se um direito do indivíduo e que deve ser realizada através do Estado em um conjunto integrado de ações.

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de

iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (LOAS 1993, p. 9).

O sistema público tem como objetivo principal atender aos direitos do cidadão a partir de um conjunto de ações e programas que são desenvolvidos pelo Estado, a Compleição Federalista se coloca como a carta magna da lei e busca compreender a totalidade do cidadão, ainda que haja a setorização dessas políticas, estando cada uma focalizada em um âmbito, todas são efetivadas com o mesmo intuito, promover melhor qualidade de vida do cidadão.

Dentro deste contexto, a intersetorialidade vem sendo muito utilizada nos mais diversos setores tanto de iniciativa pública ou privada, isso se dá por meio dos ganhos que se encontraram através deste poderoso instrumento. Dentro das políticas sociais a sua aplicação trouxe ganhos indiscutíveis a respeito de sua eficiência, visto que sua utilização agiliza os processos burocráticos e aumenta sua efetividade no produto final, o atendimento integral do cidadão. Nesse momento a partilha dos saberes técnicos de cada setor influenciará na qualidade final do atendimento dentro de cada setor, em especial na política de Proteção Social.

Esse novo instrumento deve ser compartilhado dentro das organizações gestoras das políticas, e após isso irá se perpetuar dentro dos mais diversos campos de execução da política, todavia isso vai depender de uma capacitação com todos os atores deste processo bem como uma mudança de hábito das velhas práticas.

Um dos grandes desafios a intersetorialidade é a fragmentação da própria política pública, de acordo com Junqueira (2004, p.27) “cada política social encaminha a seu modo em busca de uma solução, sem considerar o cidadão na sua totalidade e nem a ação das outras políticas sociais [...]”.

Dessa maneira, a população usuária desse serviço fica refém ao paralelismo das ações de uma mesma política pública, tendo que passar pelos mesmos processos burocráticos incontáveis vezes em detrimento da sua má organização.

A intersetorialidade é uma prática social que vem sendo construída com base na existência de profundas insatisfações, principalmente no que se refere à capacidade das organizações em dar resposta às demandas sociais e aos problemas complexos vivenciados pelos cidadãos (CKAGNAZAROFF; MOTA, 2003, p. 31).

Segundo (JUNQUEIRA; INOJOSA; KOMATSU, 1997) o planejamento tenta articular as ações e serviços, mas a execução desarticula e perde de vista a integralidade do indivíduo e a inter-relação dos problemas.

Outro paradoxo a ser considerado é o fato do planejamento de políticas públicas de inserção social serem realizadas por um sistema tão setorial. Diante da universalização das políticas públicas, o trabalho intersetorial faz ainda mais sentido com vistas à inclusão, dentro de sua formulação, aplicação, a ponderação de programas e projetos que anseiam por resultados complexos e que requerem um amplo leque de ações para que se conquiste o objetivo final. A descentralização do poder aliado à prática da intersetorialidade trará a gestão, incontáveis ganhos no que diz respeito à qualidade e efetividade do atendimento público e das diligências coletivas.

3.2.1 A Proteção Social Básica dentro da Política de Assistência Social

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais foi uma conquista dentro da Política de Assistência Social. Esta normativa permitiu que os serviços fossem padronizados de acordo com a Proteção Social específica a eles. Como afirma a Tipificação Nacional:

A aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais representou uma importante conquista para a assistência social brasileira alcançando um novo patamar, estabelecendo tipologias que, sem dúvidas, corroboram para ressignificar a oferta e a garantia do direito socioassistencial. (Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, 2009, p.6).

Segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009) esse documento serve como base para o funcionamento das unidades de referência

e suas ações. Em todo território nacional, os serviços de proteção social básica e especial, estabeleceram conteúdos essenciais, como o público a ser atendido e os resultados esperados para a garantia dos direitos socioassistenciais.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), a proteção social básica destina-se à prevenção de situações de risco por meio da descoberta e o exercício de novas potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares. Seu público alvo são pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social resultante da fragilização dos vínculos afetivos, da pobreza ou da privação aos serviços.

Os serviços desenvolvidos pela Proteção Social Básica são realizados dentro do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que possibilita o primeiro acesso dos usuários aos serviços da assistência social. O CRAS atua com as famílias e indivíduos em seu contexto familiar e comunitário, na conquista da autonomia, atua na prevenção do rompimento dos vínculos familiares e comunitários, um trabalho com melhorias na qualidade de vida e a redução dos riscos sociais. De acordo com o Caderno de Orientações do CRAS:

O CRAS é a referência para o desenvolvimento de todos os serviços socioassistenciais de proteção social básica do SUAS. Isso significa que os serviços devem estar sempre em contato com o CRAS, no respectivo território de abrangência, tomando-o como ponto de referência. Estes serviços, de caráter preventivo, protetivo e proativo, podem ser ofertados diretamente no CRAS, desde que haja espaço físico e equipe, sem prejuízo das atividades do PAIF, que deve ser ofertado exclusivamente pelo CRAS. Já os demais serviços, quando desenvolvidos no território do CRAS por outra unidade pública ou entidade/organizações de assistência social devem ser, obrigatoriamente, referenciados ao CRAS. É importante que o CRAS seja instalado em local próximo ao território vulnerável e de risco, a fim de garantir o efetivo referenciamento das famílias¹ e seu acesso à proteção social básica (CADERNO DE ORIENTAÇÕES, 2016, p.7).

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é o serviço que contribui para a referência e articulação das famílias a instituição. O referenciamento dos serviços socioassistenciais da proteção social básica ao CRAS permite a organização e hierarquização da rede socioassistencial na área de abrangência, exercendo a diretriz de descentralização da política de

assistência social (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2009, p.6).

São famílias em situação de vulnerabilidade social consequente da pobreza, e que não possuem nenhum acesso aos serviços públicos e famílias beneficiárias dos programas de transferência de renda e benefícios assistenciais. Tem como objetivos:

- Fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida;
- Prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas;
- Promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades;
- Promover acessos a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de assistência social;
- Promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos;
- Apoiar famílias que possuem dentre seu membros indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares (Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, 2009, p.7).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é o serviço executado em grupos, organizado a partir de aberturas, de modo a garantir alcances progressivos aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de implementar o trabalho social com famílias e atuar na prevenção as ocorrências de situações de risco social. Forma de intervenção social esquematizada que cria situações desafiadoras, instiga e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e experiências individuais e coletivas, na família e no território. (Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, 2009, p.11).

Nos grupos devem ser proporcionados acolhimentos e compartilham experiências, ideias, dúvidas e saberes, de modo a estimular a interação entre os usuários. De acordo com o Sistema de Informação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC), os grupos possuem quatro modalidades:

Crianças de até 06 anos de idade; Crianças e Adolescentes de 06 a 15 anos; Adolescentes e jovens de 15 a 17 anos e serviço de convivência para idosos.

O Serviço de Suporte Domiciliar tem por objetivo apoiar as famílias nas atenções cotidianas com o usuário, despertar o convívio familiar e comunitário e expandir as possibilidades de acesso a serviços e direitos, promovendo a melhoria da qualidade de vida dos usuários, no seu próprio local de moradia.

O suporte domiciliar também possibilita a ampliação do rol de pessoas com quem o usuário convive e troca vivências, experiências, assim como facilita o acesso a serviços setoriais, atividades culturais e de lazer. Soma-se a isso o fato de que o cuidador formal pode identificar demandas e situações de violência e/ou violação de direitos e acionar os mecanismos necessários para resposta a tais situações (Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, 2009, p.21).

O CRAS é o principal equipamento de desenvolvimento dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica. Constitui espaço de concretização dos direitos socioassistenciais nos territórios, materializando a política de assistência social. As situações de vulnerabilidade e risco que passam os usuários devem ser observadas não para estigmatizá-los, mas para promover a sua melhor acolhida.

3.3A Intersetorialidade enquanto Instrumento de Gestão Social.

Estabelecer um trabalho intersetorial exige criatividade para construir uma visão ampla das complexidades e reunir os diferentes saberes, com um objetivo comum. O trabalho em rede enquanto instrumento é um processo desafiante para gestores e profissionais, pois a todo o momento se tem um desafio a ser enfrentado, principalmente em um cenário de exclusão social intenso.

De acordo com Migueletto (2001, p. 3), Apud SOUZA; MAÇANEIRO (2014) “[...] a rede manifesta a capacidade dos sujeitos sociais explicitarem sua riqueza

intersubjetiva organizacional e política, trata-se de um espaço no qual os atores estão dispostos a trocar informações, dividir tarefas e agregar valor às iniciativas”.

A intersetorialidade possibilita a superação de trabalhos fragmentados, setorializados e isolados, contribuindo no envolvimento das políticas públicas nos atendimentos às demandas, no compartilhamento de objetivos, ações e informações, através da comunicação. Dessa forma, a Política de Assistência se integra com todas as outras, na realização dos encaminhamentos e atendimentos que priorizam as dificuldades sociais em sua totalidade. Também não pode ser observada a partir de uma única política, que com certeza não dará conta de solucionar questões que são de competência das áreas de saúde, educação, dentre outras.

A qualidade de vida demanda uma visão integrada dos problemas sociais. A gestão intersetorial surge como uma nova possibilidade para resolver esses problemas que incidem sobre uma população que ocupa determinado território. Essa é uma perspectiva importante porque aponta uma visão integrada dos problemas sociais e de suas soluções. Com isso busca-se otimizar os recursos escassos procurando soluções integradas, pois a complexidade da realidade social exige um olhar que não se esgota no âmbito de uma única política social (JUNQUEIRA, 1999, p. 27).

A visão de ação integrada, em muitos casos, ainda não constitui um exercício dos gestores municipais. É importante pensar qual é o trabalho em rede que está presente na realidade local e de que maneira poderá ser organizado e executado. Vale ressaltar que, as redes possuem particularidades, interesses e independências diferentes, possibilitando a não eficácia do trabalho intersetorial de imediato.

Nascimento (2010) Apud SOUZA; MAÇANEIRO (2014) discute que a intersetorialidade na administração pública deve adotar uma decisão racional no processo de gestão. É visualizar a intersetorialidade como complemento na efetivação da garantia de direitos.

É importante destacar que se faz necessária a reflexão sobre esses desafios, pontos positivos e características, pois o objetivo devia ser alcançado sem

impedimentos. Assim, os pontos positivos se dão através do fortalecimento dos serviços, transparência nas ações, articulação dos programas e clareza na definição de prioridades. Mas, é necessário que a rede consiga se articular corretamente e que os gestores assumam suas responsabilidades para que desta maneira o objetivo seja cumprido.

Migueletto (2001) cita que o caráter de conflito é constitutivo da rede. Trata-se de organizações autônomas que atuam com lógicas e valores próprios e, ao mesmo tempo, desejam conciliar ações visando alcançar um objetivo comum. Assim o trabalho em rede desafia os gestores, impulsionando-os a refletirem inovações para agir, visando à junção de ideias e o trabalho de cooperação nos conflitos que não podem ser evitados.

“A intersectorialidade e a rede, para dar eficiência e eficácia à gestão das políticas sociais, exigem mudanças significativas na lógica da gestão para atender os interesses coletivos”. Portanto, deveriam ser realizadas mudanças dentro das instituições, serviços e profissionais para tornar o equipamento mais produtivo e operativo (JUNQUEIRA, 2004, p. 25 APUD SOUZA; MAÇANEIRO 2014).

O diálogo em construção do trabalho intersectorial deve existir como um modo eficaz de articular ações dentro do território municipal. Apesar de ser rodeada de desafios, e de ser um processo complexo, também tem muitas possibilidades, mas que exige dos profissionais a abertura para o diálogo, a comunicação e a troca de informações entre os setores, tendo como ponto importante o fortalecimento da rede e na viabilização dos direitos.

Rhodes (2006, p. 428) enfatiza a existência de uma “[...] relação estrutural entre as instituições políticas como elemento crucial de uma rede de políticas, em vez de as relações interpessoais entre indivíduos nessas instituições”. Constituir um trabalho intersectorial requer criatividade para uma perspectiva abundante das diversidades que se deparam em uma finalidade única, buscando um caráter de garantir a população uma vida com qualidade.

De acordo com SOUZA; MAÇANEIRO (2014), a dificuldade principal da atuação intersectorial é conseguir romper com as barreiras da comunicação. A

intersetorialidade não tem funcionado, com a atuação dividida e desarticulada não consegue atender as expectativas da população, porém a ação intersetorial vai muito além de unir setores, mas cria uma nova dinâmica nos equipamentos. É importante haver o espaço ao bom senso, principalmente por partes dos gestores, que possui o papel fundamental de articular esse instrumento que é a intersetorialidade.

Dentro das instituições ainda há muita resistência em relação a dar abertura para que um simples passo seja dado. O entendimento dos gestores, enquanto a necessidade de articulação geralmente acontece quando existem exigências e cobranças. SOUZA; MAÇANEIRO (2014), a gestão dos demais setores devem se sensibilizar em relação às ações sociais e a universalização dos direitos, tornando assim as limitações reduzidas, com capacidade de responder os conflitos contemporâneos.

A formação de redes ganha proeminência na perspectiva da intersetorialidade, princípio de acordo com o qual a necessidade de estabelecer vínculos, relações entre organizações, mediadas por atores, se justifica pela necessidade de entender de maneira compartilhada a realidade social. (MENICUCCI, 2002, p.12)

Como estratégias a serem utilizadas para a execução da intersetorialidade, são os intercâmbios dos setores na aplicação de capacitação de todos os profissionais, parceria, envolvimento, articulação, cooperativismo, interface, conexão, participação, diálogo, trabalho em rede, senso de responsabilidade, de compartilhamento, integração, reuniões com os coordenadores desses setores para criar vínculos profissionais, percepção da rede e traçar metas.

Portanto, segundo SOUZA; MAÇANEIRO (2014), a melhor forma seria de aprofundar o debate das redes intersetoriais, exigindo que cada setor tenha as suas atribuições bem definidas e que possua uma formação dos envolvidos para que esses consigam ter um olhar além do nível setorial, para alcançar uma negociação eficiente. É importante apropriar-se que essa nova forma como um instrumento técnico com capacidade de respostas há alguns dos conflitos presentes no contexto atual e na condução de políticas públicas.

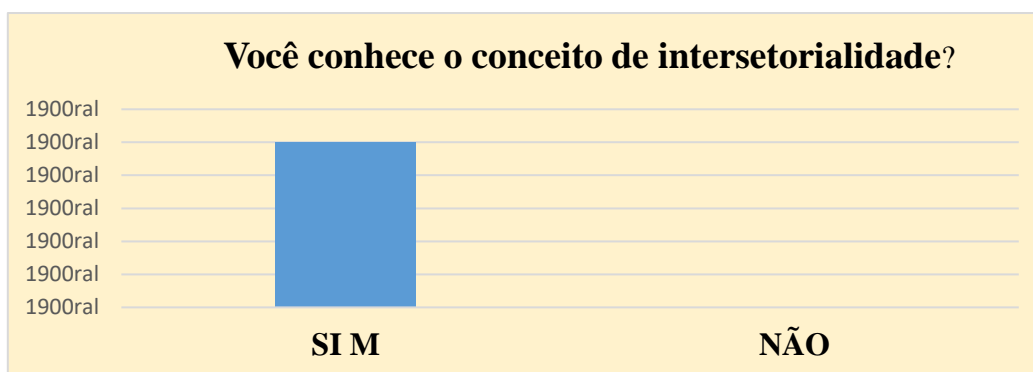
4 RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS

A pesquisa foi realizada no município de São Mateus – Espírito Santo e foi direcionada aos gestores dos serviços da Política de Assistência Social no âmbito da Proteção Social Básica, serviços estes desenvolvidos por quatro CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) e um Centro de Vivência do Idoso, esta pesquisa tem por objetivo mensurar o conhecimento e aplicabilidade do conceito da Intersetorialidade dentro deste campo de ação, bem como conhecer a realidade local no que diz respeito ao assunto em pauta e compreender os desafios da sua aplicação.

O questionário abaixo contém questões abertas e fechadas e foi elaborado de acordo com o direcionamento de tal pesquisa, procurando identificar o nível de conhecimento que os coordenadores de tais instituições possuem acerca do tema proposto neste trabalho. Os coordenadores de cada CRAS têm autonomia para o trabalho dentro de seu território de abrangência e de acordo com as normativas e leis referentes a esta política bem como o código de ética da profissão. Cada instituição possui uma distância considerável, dessa forma pode-se perceber os desafios que os gestores de certos territórios enfrentam e como cada um deles podem desenvolver seu trabalho utilizando ou não a intersetorialidade enquanto instrumento da gestão.

Outro fator importante para que tal pesquisa fosse realizada com este público foi a atribuição delegada ao gestor para articular a rede socioassistencial conforme o Caderno de Orientações do CRAS (2011 pg. 23) prevê que: O gestor municipal, ou quem ele designar, tem como atribuição garantir a articulação das unidades da rede socioassistencial do território de abrangência do CRAS, tanto as entidades de assistência social privadas sem fins lucrativos quanto as públicas. Dessa forma, foi questionada aos participantes a seguinte pergunta: “Você conhece o conceito de intersetorialidade ?”

GRAFICO Nº 1:



Fonte: Acervo próprio.

Todos os entrevistados foram unânimes no que diz respeito ao conhecimento do conceito da Intersetorialidade, no cenário da Proteção Social Básica a aplicação do conceito pode ser um facilitador de demandas e ponto importante na busca por resultados qualitativos.

A intersetorialidade permite a instituição atingir o seu usuário nas suas diversas demandas, buscando compreendê-lo em sua totalidade, por isso o seu uso é essencial para alcançar melhores efeitos. Qual a importância da intersetorialidade enquanto instrumento de gestão?

“Ela facilita as intervenções dentro das ações realizadas pelo Centro de Referência de Assistência Social”. (Entrevistado 01)

“Em meio a nossa sociedade na área social tem expandido muito seus campos de atuação, porque as mesmas têm uma real necessidade de nossas demandas, e como hoje parte essencial da sociedade, esta precisa se organizar e criar eixos cada vez mais aprimorados para atender essa exigente demanda e se qualificar para está a altura e com suportes adequados para estruturar os mesmos alicerces que foram plantados lá trás e que muitos hoje ainda não a vê como parte essencial da nossa sociedade”. (Entrevistado 02).

“A intersetorialidade tem como importância no encaminhamento e articulação das demandas dos usuários”. (Entrevistado 03).

“Articula, planeja e coopera entre os distintos setores da sociedade, e entre as diversas Políticas Públicas para intervir nos determinantes sociais”. (Entrevistado 04).

“A gestão é complicada e sem condições nenhuma de trabalho. Mas não deixamos a desejar, cumprindo o que está ao nosso alcance”. (Entrevistado 05).

Os benefícios que a aplicação da Intersetorialidade pode trazer dentro do serviço efetuado pela gestão podem ser utilizados como mecanismo de articulação entre os setores para o contexto em que for inserida. Segundo JUNQUEIRA, (2004); APUD DRAIBE, (2013) as ações intersetoriais têm sido compreendidas como uma articulação de saberes e de experiências do planejamento para a realização de ações políticas associadas ao campo da gestão pública. A intersectorialidade tem sido utilizada como uma estratégia para lidar com a natureza multidimensional dos problemas sociais, o que necessita de uma abordagem coordenada e complementar da administração pública.

Ter uma abertura para se trabalhar a intersectorialidade nas demais estâncias públicas é o que torna o trabalho eficaz e imediato. Você utiliza a intersectorialidade em seu ambiente de trabalho? Não? Por quê?

GRÁFICO Nº 2:



Fonte: Acervo próprio.

Conforme o gráfico acima, 100% dos entrevistados mencionaram que utilizam a intersectorialidade dentro do seu ambiente de trabalho. A comunicação de Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) para CRAS ou mesmo com a Secretária de Assistência Social e os serviços de média complexidade do município conseguem ter uma boa comunicação e o trabalho de referência e contra referência é utilizado, mesmo que com certas dificuldades a linha de pensamento é bem aplicada e funciona, entretanto quando passamos para uma esfera mais ampla envolvendo outras Políticas Públicas, os entrevistados

afirmam enfrentar dificuldades com o trabalho de contra referência das demandas apresentadas.

Podemos considerar a intersetorialidade como um modelo de gestão de políticas públicas que se baseia basicamente na contratualização de relações entre diferentes setores, onde responsabilidades, metas e recursos são compartilhados, compatibilizando uma relação de respeito à autonomia de cada setor, mas também de interdependência (SANTOS, 2011, p. 26)

Ao encontrar inúmeras demandas de um usuário que recorre à Política de Assistência Social, defronta - se com os mais variados desafios para o cumprimento dos direitos do mesmo, principalmente quando se precisa do trabalho em rede em alta escala. Foi questionado quais os desafios enfrentados pela Política Pública de Assistência Social na efetivação da intersetorialidade?

“A perpetuação das práticas assistencialistas”. (Entrevistado 01).

“Fragmentação das Políticas Públicas”. (Entrevistado 02).

“Falta de conhecimento do conceito e os benefícios de sua implantação e a fragmentação das Políticas Públicas”. (Entrevistado 03).

“Fragmentação das Políticas Públicas”. (Entrevistado 04).

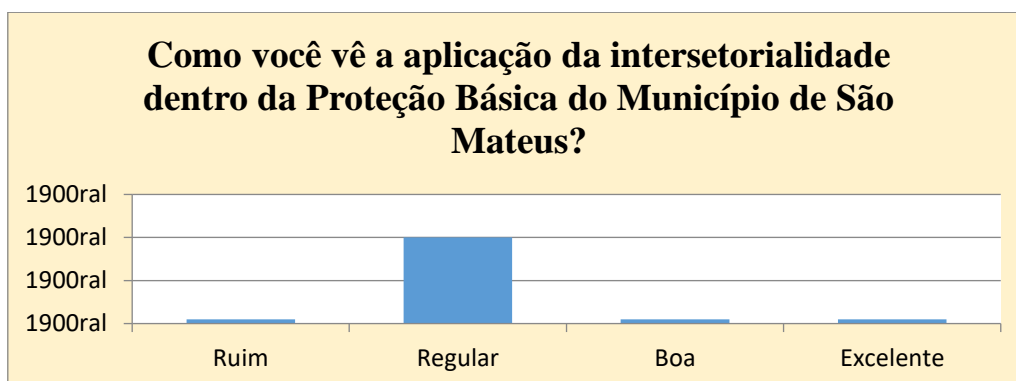
“A perpetuação das práticas assistencialistas”. (Entrevistado 05).

Os entrevistados apontaram como principais desafios para a efetivação da intersetorialidade dentro da Política de Assistência a “Fragmentação das Políticas Públicas” e a “Perpetuação das práticas assistencialistas”, dessa forma as respostas correspondem às pesquisas bibliográficas feitas anteriormente, que já mencionavam essa fragilidade no sistema de políticas e contrapõem o conceito da intersetorialidade. A perpetuação das práticas assistencialistas desqualifica a Assistência Social enquanto política pública de direito e retarda o processo pela busca da emancipação de seus usuários.

Foi mencionado por um entrevistado a falta de conhecimento do conceito e seus benefícios, todavia essa resposta se opõe às respostas da primeira pergunta, visto que o questionário foi aplicado com gestores da Proteção Social Básica do Município de São Mateus, aos quais se aplica a indagação acima referida e todos os entrevistados afirmaram conhecer e utilizar a intersetorialidade dentro do seu ambiente de trabalho.

Ter um olhar amplo sobre a intersetorialidade do lugar onde se está inserido leva o profissional à percepção das condições que enfrentam no seu dia a dia, no cumprimento das demandas, tendo um instrumento como um facilitador das mesmas. Por isso foi questionado, aos gestores como aplicação da intersetorialidade dentro da Proteção Básica do município de São Mateus pode ser definida.

GRÁFICO Nº 3:



Fonte: Acervo próprio.

Durante a entrevista, os gestores apontaram a intersetorialidade como regular dentro do âmbito da Assistência Social, porém quando se trata de outros setores da sociedade este vínculo já enfrenta dificuldades. Dentro da Proteção Social Básica do município de São Mateus, foi destacada a urgência de uma melhoria da prática profissional, que contribua nos processos e resultados desde o topo até a ponta.

A qualidade de vida demanda uma visão integrada dos problemas sociais. A gestão intersetorial surge como uma nova possibilidade para resolver esses

problemas que incidem sobre uma população que ocupa determinado território. Essa é uma perspectiva importante porque aponta uma visão integrada dos problemas sociais e de suas soluções. Com isso busca-se otimizar os recursos escassos procurando soluções integradas, pois a complexidade da realidade social exige um olhar que não se esgota no âmbito de uma única política social (JUNQUEIRA, 1999, p. 27).

Outra vez a fragmentação das políticas públicas entra em pauta, visto que os representantes dos serviços da Assistência Social encontram dificuldades no trabalho intersetorial com as demais políticas do município o que prejudica o atendimento da população em sua totalidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da discussão acerca dos desafios enfrentados pela Política de Assistência Social para aplicação do trabalho intersetorial no Município de São Mateus, a experiência em campo apresentou os entraves referentes à efetivação da intersetorialidade. Os gestores da Proteção Social Básica que foram submetidos ao questionário apontaram enfrentar dificuldades na aplicabilidade do conceito pertinente a outras esferas da política pública.

O conhecimento acerca do conceito é superficial, unido a má formulação das políticas públicas gera um serviço setorizado com grande paralelismo de ações ineficientes e de curto prazo de solução. Em grande escala, o trabalho intersetorial enfrenta dificuldades para ser realizado, assim como a pesquisa bibliográfica já demonstrava. A setorização dos serviços prejudica copiosamente a qualidade das ações de enfrentamento às demandas apresentadas.

O Serviço Social tem lutado em busca dessa articulação de saberes e ações, empenhando-se na aplicação da intersetorialidade na gestão e nos âmbitos o qual possui abertura para a mesma. O entendimento acerca do assunto ainda é novo, a capacitação dos profissionais junto a reformulação das políticas públicas pode trazer um novo olhar para a implementação desse trabalho que é capaz de

proporcionar inúmeras melhorias no atendimento dos serviços públicos em especial a Política de Assistência Social. O conceito de intersectorialidade não é enraizado, não se investe em formação sobre o assunto, o pouco conhecimento que um gestor possui é através da prática diária e no fazer profissional, impossibilitando a intersectorialidade ter a sua real efetivação.

Recomenda-se que a rede busque aumentar seu espaço de comunicação promovendo uma ideia de conexão entre tais instituições. A política de Assistência Social não é capaz de promover tal integração de maneira isolada, todavia pode ser o indicador para fomentar a iniciação de tal processo. O sucesso deste caminho pressupõe o investimento do município nas capacitações dos profissionais bem como a articulação entre as secretarias envolvidas.

Portanto, os objetivos inicialmente traçados foram alcançados haja vista que tal pesquisa proporcionou o conhecimento da realidade do município em relação ao conceito e aplicabilidade da Intersectorialidade, contribuiu para o levantamento dos desafios enfrentados pela política de Assistência Social e possibilitou a reflexão dos gestores acerca do assunto.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, Denilda. Entrevista concedida a Élly Laury Barbosa S. Carvalho e Isabela Souza Farias. São Mateus, 20 out. 2017.

BATISTA, Regina. Entrevista concedida a Élly Laury Barbosa S. Carvalho e Isabela Souza Farias. São Mateus, 20 out. 2017.

BARCELOS, Edna. Entrevista concedida a Élly Laury Barbosa S. Carvalho e Isabela Souza Farias. São Mateus, 16 out. 2017.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2008.

BERNARDO, Elessandra. Entrevista concedida a Élly Laury Barbosa S. Carvalho e Isabela Souza Farias. São Mateus, 20 out. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Seção I: da Seguridade Social. Art. 194, p. 111. – Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004, Norma Operacional Básica – NOB/SUAS/2004. Brasília, DF: MDS,2005.

BURLANDY, Luciene. **Segurança alimentar e nutricional: intersectorialidade e as ações de nutrição.** 2004. Disponível em: < [http://www. .cress-mg.org.br.pdf](http://www.cress-mg.org.br.pdf)>. Acesso em 27 mai. 2017.

CAVALCANTI, Patrícia Barreto; BATISTA; Kátia Gerlânia Soares; SILVA, Leandro Roque. **A estratégia da intersectorialidade como mecanismo de articulação nas ações de saúde e assistência social no município de Cajazeiras-PB.** Anais do Seminário Internacional sobre Políticas Públicas, Intersectorialidade e Famílias. Porto Alegre, PUC/RS, v. 1, 2013. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/sipinf/edicoes/l/9.pdf>. Acesso em 20 set. 2017.

CKAGNAZAROFF, Ivan Beck; MOTA, Normaston Rodrigues. Considerações sobre a relação entre descentralização e intersectorialidade como estratégias de modernização de prefeituras municipais. Revista E & G Economia e Gestão, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 23-41, dez. 2003. Disponível em: www.spell.org.br/documentos/download/36443. Acesso em 03 out. 2017.

COMERLATT, Dunia et al. **Gestão de políticas públicas e intersectorialidade: diálogo e construções essenciais para os conselhos municipais.** In. Rev. Katál. Florianópolis: v. 10. n. 2. p. 265-271, 2007.

DRAIBE, S. M. Intersectorialidade. In: GIOVANNI, G.; NOGUEIRA, M. A. Dicionário de Políticas Públicas. São Paulo: Imprensa Oficial, 2013. v. 2. 1194p

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica.** Ceará: Universidade Estadual do Ceará, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007

INOJOSA, Rose. Sinergia em **políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersectorialidade.** In: Cadernos Fundap, n. 22, p.102-110, 2011.

JUNQUEIRA, Luciano Antônio Prates; INOJOSA, Rosa Marie; KOMATSU, Suely. Descentralização e intersectorialidade na gestão pública municipal no Brasil: a experiência de Fortaleza. 1997.

JUNQUEIRA L. A. P. Descentralização, intersectorialidade e rede como estratégias de gestão da cidade. In: *Revista FEA-PUC-SP*, São Paulo, v. 1, p. 57-72, nov. 1999.

JUNQUEIRA, Luciana A. Prates. **A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor.** Revista Saúde e Sociedade, São Paulo, USP, v. 13, n. 1, p. 25- 36, jan-abr, 2004.

LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social. Brasília, 2015 2ª edição.

MDS –Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.** Gráfica e Editora Brasil LTDA. Brasília: 2011.

MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. Intersetorialidade, o desafio atual para as políticas sociais. **Pensar BH/Política Social.** Belo Horizonte: Prefeitura, n. 03, p. 10-13, Maio/Jul.2002.

Métodos de pesquisa / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira ; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – **Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS.** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

Migueletto, D. C. R. (2001). **Organizações em rede.** Dissertação de Mestrado, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

PEREIRA, POTYARA A. P. Como conjugar especificidade e intersectorialidade na concepção e implementação da Política de Assistência Social. **Serviço Social E Sociedade**, São Paulo, cortez, n. 77, mar 2004.

Rhodes, R. A. W. (2006). Policy network analysis. In M. Moran, M. Rein, R.E. Goodin (Ed.), **The Oxford handbook of public policy** (pp. 425-447). Oxford: Oxford University Press. Retrieved February, 12, 2014.

SANTOS, Maria de Fátima. Entrevista concedida a Élly Laury Barbosa S. Carvalho e Isabela Souza Farias. São Mateus, 16 out. 2017.

SOUZA Helena; MAÇANEIRO Beatriz .**Os Desafios do Gestor Público na Articulação do Trabalho em Redes Intersectoriais.** **Intersectorialidade**, junho, 2014, (p 65-73).

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira et al. **Especificidade e intersectorialidade da política de assistência social.** Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, v. 25, n.77, p. 30-53, marc.2004.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira et al.**Gestão pública intersectorial: sim ou não?** Comentários de experiência. Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, v.27, n.85. p. 133-141, mar. 2006.

Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Texto da **Resolução Nº 109** de 11 de Novembro 2009. Publicada no diário da união em 25 de novembro de 2009. Brasília: 2009.